



RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO APROVADA NO 54º CONGRESSO DA UNE

Pela implementação do PNE: contra os cortes queremos 10% do PIB para a educação!

A União Nacional dos Estudantes, em parceria com outras entidades estudantis e com o movimento educacional venceram uma grande batalha em defesa do Brasil: a conquista de um Plano Nacional de Educação (PNE) com metas ousadas, dentre elas a do 10% do PIB para a educação que estará marcada na história da educação brasileira.

Derrubamos muitas barreiras para democratizar o acesso à universidade – antes um privilégio reservado para a elite econômica do país. Nosso desafio hoje é avançar para uma nova etapa de transformações na universidade brasileira, lutando por sua democracia interna, valorizando os novos/as sujeitos que dela fazem parte e vinculando seus objetivos a impulsionar a autonomia científica e tecnológica e o desenvolvimento social e econômico do país. A universidade precisa cumprir o seu papel no novo país que queremos construir, um Brasil mais justo, menos desigual e em que todos/as tenham pleno direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Das ruas de junho, onde depositamos os nossos anseios e nossas esperanças, o movimento estudantil conseguiu arrancar uma vitória histórica: a aprovação da lei que destina 50% do Fundo Social do Pré-Sal e 75% dos royalties do petróleo para a educação! Essa conquista viabiliza que o investimento na educação chegue a 10% do PIB.

Nós transformamos a cara da universidade brasileira. Mudanças como o novo ENEM, integrado ao SiSU; a expansão de vagas nas Universidades Federais promovida pelo REUNI; a criação de centenas de Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFES); a conquista da lei de Cotas, luta histórica dos estudantes brasileiros/as que reserva metade das vagas para estudantes de escola pública a partir de critérios raciais e socioeconômicos; o PROUNI e o Fies. Os/as principais beneficiários de todas essas conquistas são os/as estudantes pobres e/ou negros/as. Mas nós queremos mais!

Nas universidades privadas políticas de acesso como o PROUNI e o FIES deram perspectivas à milhões de estudantes que – a partir desses programas – tiveram meios para acessar o ensino superior. A recente crise no FIES impõe a necessidade de uma reforma neste programa, prevendo que este só possa ser aplicado em universidades de capital nacional e com mecanismos de controle de qualidade, que contemple a abertura das planilhas de custo das mensalidades, possibilite a democracia interna e a livre

organização estudantil e de trabalhadores. De imediato, lutaremos pelo aditamento de todos os matriculados no FIES e por 250 mil novas bolsas neste segundo semestre de 2015.

A nova realidade do ensino superior é visível nas salas de aula e é natural que produza novas demandas. Por isso é imprescindível mais políticas de apoio à permanência que possibilitem a formação acadêmica juntamente com a inserção na produção de conhecimento a partir da pesquisa e da extensão. Nesse ponto, o PNAES foi um passo importante, mas que carece ainda de mais investimentos. Exigimos – como bandeira desse 54º Congresso da UNE – a destinação de R\$2,5 bilhões exclusivamente para a o apoio à permanência.

O recente anúncio do corte de R\$ 9 bilhões está na contramão desse caminho que queremos construir. Em contraste a isso, no orçamento de 2015 está reservado para o pagamento da dívida pública mais de R\$1,3 trilhão. Logo, se falta dinheiro, nós já sabemos de onde devemos tirar: dos banqueiros e da especulação. É por isso que devemos, logo após a realização do nosso congresso, realizar a campanha: “Nenhum centavo a menos para a educação! Eu quero 10% do PIB.”

Ao mesmo tempo, o desafio da nossa geração será a implementação do Plano Nacional de Educação: acabar com o analfabetismo, expandir e melhorar a universidade e garantir os 10% do PIB para a educação. Vamos propor à sociedade e aos movimentos sociais, juntamente com as demais entidades estudantis UBES e ANPG, a organização de brigadas e mutirões – a partir da extensão universitária - nas periferias das cidades e nas localidades mais pobres para que possamos erradicar o analfabetismo.

Ainda entre as metas do PNE, destacamos a importância de alcançarmos os 30% de jovens matriculados no ensino superior, sendo 40% destes em universidades públicas. Para tanto, defendemos a ampliação das verbas de custeio para as universidades federais, a consolidação da expansão das federais que possibilite a conclusão das obras inacabadas do REUNI e um plano emergencial para as universidades estaduais, que estruture e financie a qualidade nestas instituições.

Defendemos também uma reestruturação acadêmica que ponha fim a estrutura departamental e possibilite a implementação dos ciclos básicos e bacharelados

interdisciplinares, o fim das disciplinas on-line como obrigatórias em cursos presenciais e a garantia de obrigatoriedade de horas mínimas de extensão nos currículos.

Atualmente, com a abertura de capital nas bolsas, tem sido vasta a entrada de capital estrangeiro em universidades privadas brasileiras. Lutamos pelo fim do capital estrangeiro na educação superior e exigimos a aprovação do INSAES, autarquia responsável pela regulação do ensino privado, assim como a do PL 6489/06 (PL da UNE), que regulamenta a cobrança de mensalidades, e a federalização das universidades privadas em crise.

Para a concretização destas plataformas tão necessárias e que exigem grandes investimentos contamos com

a mobilização e luta dos estudantes para efetivar a implementação da vinculação dos royalties do petróleo e a metade do fundo social do pré-sal para a educação e também buscar outras fontes de recursos como a taxação das grandes fortunas.

Por tudo isso, a União Nacional dos estudantes não admite cortes nos recursos da educação e convoca os estudantes brasileiros a ocuparem Brasília, a partir do fim deste vitorioso Congresso da UNE, e garantirem nenhum centavo a menos de investimentos e buscar os 10% do PIB para a educação, pois só assim poderemos transformar o Brasil num país mais justo, igual e democrático.

